

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v13i22.543>

***A MODERNIDADE E A PÓS-MODERNIDADE COMO GÊNESE DO FASCISMO: o caso dos velhos e novos integralistas brasileiros<sup>1</sup>***

***MODERNITY AND POST-MODERNITY AS GENESIS OF FASCISM: the case of the old and new brazilian integralists.***

***LA MODERNIDAD Y LA POSMODERNIDAD COMO GÉNESIS DEL FASCISMO: el caso de los viejos y nuevos integralistas brasileños***

NATALIA DOS REIS CRUZ

Doutora em História pela UFF e Prof.<sup>a</sup> adjunto da UFF / polo Campos dos Goytacazes,  
Rio de Janeiro, Brasil  
[ndrc@globo.com](mailto:ndrc@globo.com)

**Resumo:** Este trabalho estuda o fascismo no Brasil, especificamente os integralistas e neointegralistas, analisados sob o prisma da modernidade e pós-modernidade. Os movimentos fascistas e neofascistas seriam uma reação à crise da modernidade ou à pós-modernidade, considerando-se o discurso desses movimentos quanto à construção de um novo homem e uma nova sociedade. A defesa de um Estado forte e de uma sociedade hierarquizada e autoritária baseada na criação ou fortalecimento de uma identidade de grupo (seja ela racial, social, étnica ou nacional) seria uma tentativa de ordenar a sociedade moderna, sendo ao mesmo tempo uma contraposição à realidade “pós-moderna”, calcada na instabilidade e na indefinição das identidades do sujeito pós-moderno. Esse novo homem e essa nova sociedade fascistas propõem recuperar a estabilidade e fornecer um lugar fixo para o sujeito na sociedade.

**Palavras-chave:** Fascismo. Modernidade. Autoritarismo. Identidade.

**Abstract:** This paper studies the fascism in Brazil, specifically the integralists and neo-integralists, analyzed from the perspective of modernity and post-modernity. Fascists movements and neo-fascists would be a reaction to the crisis of modernity or postmodernity, regarding the speech of these movements about the construction of a new man and a new society. The defense of a strong state and a hierarchical and authoritarian society based on the creation or strengthening of a group identity (racial, social, ethnic or national) would be an attempt to order the modern society, and at the same time being a contrast to a "postmodern" reality based on instability and blurring of identities of the postmodern subject. This new man and the new fascist society propose a restoration of the stability and provide an established place for the individual in society.

**Keywords:** Fascism. Modernity. Authoritarianism. Identity.

**Resumen:** Este trabajo estudia el fascismo en Brasil, específicamente los integralistas y neointegralistas, analizados desde la perspectiva de la modernidad y posmodernidad. Los movimientos fascistas y neofascistas serían una reacción a la crisis de la modernidad o a la posmodernidad, teniendo en cuenta el discurso de estos movimientos sobre la construcción de un nuevo hombre y una nueva sociedad. La defensa de un Estado fuerte y una sociedad jerárquica y autoritaria basada en la creación o consolidación de una identidad de grupo (ya sea racial, social, étnico o nacional) sería un intento de ordenar una sociedad moderna, siendo a la vez un contraste a la realidad “posmoderna”, basada en la inestabilidad y en la indefinición de las identidades del sujeto posmoderno. Este nuevo hombre y la

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em junho de 2016 e aprovado para publicação em novembro de 2016.

nueva sociedad fascistas proponen restaurar la estabilidad y proporcionar un lugar fijo para el individuo en la sociedad.

**Palabras clave:** Fascismo. Modernidad. Autoritarismo. Identidad.

## Introdução

O presente trabalho tem como tema de estudo os fascismos e sua relação com a chamada crise da modernidade, também denominada de pós-modernidade, para alguns autores. Porém, antes de iniciar qualquer discussão sobre o objeto em questão, considero importante explicar porque utilizo o termo “fascismo” no plural. O fascismo, conceitualmente falando, engloba um conjunto amplo de movimentos e regimes fascistas, que possuem cada um suas especificidades, bem como se situam em contextos distintos (tanto históricos como nacionais). A despeito das diferenças, porém, compartilham de um mínimo comum, que pode ser revelado em suas ideologias e práticas políticas, calcadas na intolerância ao outro, no autoritarismo, no anticomunismo, na defesa de um Estado forte, no nacionalismo conservador e excludente e no racismo (étnico e/ou cultural).

No campo da historiografia sobre o fascismo, existem discussões que remetem a problemas conceituais tanto no que diz respeito ao próprio conceito de fascismo, como o de autoritarismo e totalitarismo. Os últimos dizem respeito às relações entre os regimes fascistas e o Estado enquanto estiveram no poder. Mas, para além dessa questão, há também uma controvérsia atual que considero importante para o enfoque que será tratado neste artigo. O fascismo é um fenômeno histórico, ou seja, restrito a uma determinada época, ou ele pode surgir em períodos históricos distintos?

Vários estudiosos do tema sempre argumentaram pelo caráter histórico do fascismo, entre eles, Renzo de Felice<sup>2</sup> e Francisco Falcon<sup>3</sup>, ou seja, defendem que o fascismo está situado ao longo de um período histórico cronologicamente delimitado e específico, no caso, o entreguerras. Falcon, inclusive, critica análises que veem o fascismo como a-histórico, com ênfase numa substantivação do fenômeno.

Já Francisco Carlos T. da Silva<sup>4</sup> partilha de uma concepção fenomenológica de fascismo. Nesse caso, o referido autor não concorda com a restrição do fascismo a uma dada época histórica, visto que atualmente existem os chamados neofascismos, com defendem as

---

<sup>2</sup> FELICE, Renzo de. *Explicar o fascismo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

<sup>3</sup> FALCON, Francisco C. Fascismo: novas e antigas ideias. In: PARADA, Maurício (Org.) *Fascismos: conceitos e Experiências*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

<sup>4</sup> SILVA, Francisco Carlos T. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel, FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.) *O século XX: o tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

mesmas práticas e ideias dos fascismos das décadas de 1920 e 1930, muito embora inseridos em um contexto histórico muito diferente. Afirmado ser extremamente importante distinguir o fascismo de outras vertentes da direita, Silva enfatiza o caráter metapolítico do fascismo, com a incorporação da nação numa concepção de mundo única e excludente.

Para Silva, o fascismo não é um fenômeno exclusivo do período entreguerras, mas sim da sociedade moderna de massas, que cria as condições de revolta contra a ausência de anteparos sociais que davam identidade e segurança aos indivíduos. A modernidade traz algo de ameaçador à medida que dissolve os antigos laços de solidariedade e lugares e papéis sociais que davam um sentido de identidade e percepção de estar no mundo. Assim sendo:

Não é uma revolução que deveria alterar as condições materiais do indivíduo, promover a distribuição da riqueza social; tratava-se de salvar o coletivo, a comunidade, da aniquilação ante o outro, o estranho/estrangeiro, assumindo assim um caráter reativo e defensivo, não, como muitos propõem, diante do socialismo em expansão, mas, diretamente, em face do perigo da fragmentação ante a hegemonia liberal.<sup>5</sup>

Silva<sup>6</sup> apresenta então as características presentes em todo movimento e/ou regime fascista, ou seja, sua concepção do mundo: o antiliberalismo ou antiparlamentarismo, o Estado orgânico e a liderança carismática, comunidade do povo e a sociedade corporativa, a destruição do eu e a negação do outro. E faz isso em busca de um modelo de análise, procurando recuperar o fascismo como grande unidade analítica, um agrupamento de configurações políticas de traços diversos e marcado por forte coerência interna e externa.

Considero a posição de Silva muito pertinente, e compartilho da ideia de que o fascismo é um fenômeno ainda atual, pois as condições da modernidade e da crise da modernidade fornecem força e persuasão para o surgimento e disseminação das ideias e práticas fascistas nas sociedades de massa, marcadas por antagonismos sociais, crises econômicas e insegurança social e identitária frente ao neoliberalismo e à globalização.

A emergência dos fascismos continua a intrigar historiadores e cientistas sociais, na tentativa de compreender a sua natureza e as suas causas. Nesse sentido, considero importante relacionar os movimentos fascistas (englobando também os neofascistas) com a questão da modernidade, ou mais precisamente como uma reação à crise da modernidade ou à chamada pós-modernidade, atentando para o discurso desses movimentos no que diz respeito à construção de um novo homem e uma nova sociedade.

Dessa forma, no meu entender, não se pode desconectar os fascismos da

---

<sup>5</sup> Ibid., p. 162.

<sup>6</sup> Ibid., p. 165.

modernidade e de todas as consequências que ela trouxe, assim como, não se pode deixar de considerar que as expectativas não realizadas por essa modernidade abriram um amplo espaço para o crescimento do ideal fascista. Dessa forma, percebe-se a ligação estreita dos fascismos com o sonho moderno de controle e estabilidade (apoderado por estes movimentos de forma conservadora e autoritária) e, ao mesmo tempo, com a crise deste sonho, redundando numa tentativa desesperada de reavivá-lo e torná-lo realidade no novo modelo de sociedade que defendem.

### **Modernidade, Pós-modernidade e Fascismos**

Para entender a relação entre os fascismos e a modernidade e a pós-modernidade é preciso caracterizar o que é essa modernidade e o que a sua crise representa. Vários autores estudam a questão, apontando para o que consideram o cerne do problema: a busca da estabilidade, da certeza e do controle, abortados pelo próprio processo moderno levado às últimas consequências (redundando para alguns na chamada pós-modernidade).

Dessa forma, a modernidade seria dinâmica por natureza, embora seu sonho inicial tenha sido construir uma ordem totalmente previsível e estável. Giddens<sup>7</sup> aponta como uma das fontes de dinamismo da modernidade a reflexividade permanente. Nas sociedades pré-modernas, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações; nessas sociedades, a reflexividade está em grande parte limitada à reinterpretação e esclarecimento da tradição. Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente, pois é introduzida na própria base da reprodução do sistema. A rotinização da vida cotidiana não tem nenhuma conexão intrínseca com o passado, a não ser quando o que foi feito antes possa ser justificado à luz do conhecimento renovado. Nesse sentido, a tradição justificada é tradição falsificada e recebe sua identidade apenas da reflexividade do moderno. A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas práticas, o que significa dizer que elas estão em mudança permanente.

Henri Lefebvre<sup>8</sup>, por sua vez, afirma que, antigamente, num mundo ainda preso à natureza e fortemente marcado pelas antigas privações, o medo dominava: medo da escassez, da doença, das forças ocultas, da sexualidade, da morte e dos mortos. Tais medos suscitavam mecanismos de defesa e de proteção: encantamento e magia. Na época moderna, os medos se

---

<sup>7</sup> GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991. p. 45.

<sup>8</sup> LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. p. 63.

atenuam, sendo recobertos pelo racionalismo generalizado. Mas não desapareceram, apenas se deslocaram. O terror substitui o medo: terror diante das ameaças de crise econômica, das guerras, etc. Não mais terror da natureza, mas terror da sociedade, apesar da passagem à racionalidade ideológica e prática.

Em concordância com Giddens<sup>9</sup>, podemos assentir que o período em que vivemos é caracterizado como uma aventura perigosa, acentuada pelas consequências da globalização que influenciam e determinam as atividades locais, em qualquer parte do mundo. Assim, não é possível prever os rumos das ações ocorridas na vida cotidiana, fazendo com que os indivíduos contemporâneos precisem lidar com a emergência de novos tipos de incalculabilidade.

Os estudiosos de nossa época afirmam que uma das suas características é a incerteza, pois não se consegue prever com segurança as consequências das ações tomadas. Bauman<sup>10</sup> fala do surgimento de um novo tipo de incerteza, ligada não somente aos destinos individuais, mas também à futura configuração do mundo, a maneira correta de viver nele e os critérios para julgar os acertos e erros da maneira de viver.

Segundo Giddens<sup>11</sup>, o desenvolvimento social moderno é permeado de descontinuidades no fluxo da história, ou seja, as instituições sociais modernas são únicas e diferentes em forma de todos os tipos de ordem tradicional. As transformações da modernidade, tanto na extensão como na intensidade, são mais profundas do que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Do ponto de vista extensional, tais mudanças cobrem todo o globo, e do ponto de vista intensional, elas alteraram as mais íntimas e pessoais características de nossa vida cotidiana.

As mudanças trazidas pela modernidade ocorrem numa velocidade nunca antes vista em outros períodos históricos da humanidade. E além de rápidas, o seu escopo é amplo, pois atingem praticamente toda a superfície da terra. A modernidade, para Giddens, é um fenômeno de dois gumes: ela fornece segurança e confiança, mas também perigo e risco. Foram criadas oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma vida segura e gratificante, fazendo com que a maioria das interpretações sociológicas da modernidade enfatizem mais esse lado e desconsiderem o lado sombrio da modernidade.

Giddens vê a modernidade como uma ruptura com a comunidade no sentido de uma e corporificada por um dirigente, para pôr em seu lugar a sociedade que é plural e é

---

<sup>9</sup> GIDDENS, op. cit., 57.

<sup>10</sup> BAUMANN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 81.

<sup>11</sup> GIDDENS, op. cit., 60.

dividida por conflitos de interesses e classes antagônicas. É também ruptura com as ideias e práticas religiosas veiculadas pelo Estado e a afirmação da ideia de dominação impessoal e racional do Estado moderno.

A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais.<sup>12</sup>

Baumann<sup>13</sup> desenvolve uma análise da modernidade que é imprescindível para compreendermos as práticas e os princípios dos movimentos e regimes fascistas. Segundo ele, a modernidade pensa a si mesma como cultura e civilização, incluindo os valores da beleza, limpeza e ordem, sendo esta última baseada em referenciais fixos que garantam ações sem hesitação ou indecisão. No entanto, estes três valores da modernidade são obtidos pagando-se um preço alto, pois o ser humano não está naturalmente predisposto aos três elementos, apenas é obrigado a respeitar e apreciar a harmonia, a beleza, a limpeza e a ordem, tratando-se de uma coerção dolorosa.

O ideal da pureza na era moderna foi colocado em prática e ainda é defendido em sua forma mais radical pelos fascismos, sendo um exemplo o extermínio dos judeus e outros grupos sociais nos campos de concentração nazistas. Assim, aniquila-se o não-harmonioso, solucionando esteticamente a questão social advinda do que os fascistas acreditam ser uma “poluição” gerada pela presença de pessoas que estavam fora do lugar, que estragavam o quadro, ofendiam o senso esteticamente agradável e moralmente tranquilizador da harmonia.

Segundo Baumann<sup>14</sup>, a pureza não é obtida espontaneamente, pois a ordem é frágil e para ser mantida precisa da ação planejada. Ordem significa um meio regular e estável para os nossos atos, um mundo em que as probabilidades dos acontecimentos não estejam distribuídas ao acaso, mas arrumadas numa hierarquia estrita, de modo que certos acontecimentos sejam altamente prováveis, outros menos prováveis e alguns impossíveis.

Assim sendo, um dos aspectos da modernidade é o trabalho de purificação e a colocação das coisas em ordem, sendo atividades conscientes e intencionais, criando-se uma nova ordem artificial, um novo começo. A estabilidade é o fim supremo da modernidade, pois as utopias modernas almejam um mundo perfeito, que permanecesse para sempre idêntico a si mesmo. Nada deve estragar a harmonia e nem ficar “fora do lugar”, e estranhos devem ser retirados da vista de todos. Não é isso que percebemos nos discursos fascistas? A tentativa de

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 38.

<sup>13</sup> BAUMANN, op. cit., p. 103.

<sup>14</sup> Ibid., p. 106.

homogeneização étnica ou cultural, a luta contra todo tipo de “ameaça” às identidades construídas, que devem permanecer para todo o sempre, estão no cerne das práticas políticas e sociais dos fascistas e neofascistas.

O nazismo alemão, por exemplo, baseava sua prática racista na segregação ou separação das etnias e culturas distintas, fazendo com que a homogeneização da população alemã fosse alcançada por meio do princípio da pureza racial, nos moldes dos teóricos racistas europeus do século XIX. Estava em jogo a concepção de que a mistura racial levaria à degeneração, advindo dela uma população “inferior” racial e etnicamente, com tendências a comportamentos criminosos e pervertidos. As virtudes da “raça superior” não poderiam ser manchadas pelo sangue das “sub-raças”, o que só poderia ser evitado pela segregação das raças.<sup>15</sup> Tratava-se de um projeto de preservar o que se considerava a identidade nacional alemã (norteada pela raça ariana) e moldar o futuro da nação, com base em princípios excludentes, chegando aos campos de extermínio.

Para o nazismo, o futuro de uma Grande Alemanha dependia da eliminação de todos os entraves ao desenvolvimento nacional. Era preciso retirar do caminho dos alemães tudo aquilo que pudesse vir a “prejudicar” a livre manifestação das potencialidades da raça superior. Nesse sentido, os povos considerados inferiores precisavam ser eliminados fisicamente, pois se acreditava que possuíam uma “marca” irremovível, uma espécie de “defeito de fabricação” que os impedia de crescerem e evoluírem, impondo prejuízos à raça superior.<sup>16</sup>

Caberia ao Estado alemão a preservação da raça ariana, assegurando aos alemães a pureza de seu sangue, evitando qualquer contaminação que prejudicasse as qualidades “superiores” da raça, conforme afirmava o próprio Adolfo Hitler, em sua obra *Mein Kampf*:

O Reich, enquanto Estado deve abranger todos os alemães e assumir a tarefa não apenas de reunir e conservar as preciosas reservas que esse povo possui nos elementos primitivos de sua raça, mas também de fazer com que ele alcance, lenta e seguramente, uma situação predominante. O homem só tem um direito sagrado, e esse direito é ao mesmo tempo o mais sagrado dos deveres. Trata-se de cuidar para que seu sangue permaneça puro, e para que a preservação do que existe de melhor na humanidade possibilite um desenvolvimento mais perfeito daqueles seres privilegiados [...]. Ao nos unirmos constantemente com outras raças, conseguimos elevá-las a um grau superior de civilização, mas acabamos caindo para sempre do topo que havíamos atingido.<sup>17</sup>

O conceito de pós-modernidade também é extremamente importante para a

---

<sup>15</sup> CRUZ, Natalia. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. 281 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. p. 109.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 113.

<sup>17</sup> AMBELAIN, Robert. *Os arcanos negros do hitlerismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. p. 176.

compreensão da emergência dos neofascismos no Brasil e no mundo. Utilizaremos o conceito de pós-modernidade de Baumann, que seria, segundo ele, identificada com a desregulamentação, em que o princípio do prazer está presidindo e a liberdade individual reina soberana, sendo o valor pelo qual todos os outros valores são avaliados. Isso não quer dizer que os ideais de beleza, pureza e ordem tenham sido abandonados, mas hoje seriam perseguidos e realizados através da espontaneidade, do desejo e do esforço individuais. A liberdade individual, antes um problema para os edificadores da ordem, tornou-se o maior dos predicados e recursos na perpétua autocriação do universo humano. Assim, os ganhos e as perdas na pós-modernidade trocaram de lugar, pois os homens pós-modernos trocaram a segurança pela felicidade. O mal estar da modernidade provinha da segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Já o mal estar da pós-modernidade provém da liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança pequena demais.<sup>18</sup>

Assim, a insegurança e a instabilidade são as características centrais da pós-modernidade, para Baumann, e elas estão presentes em várias esferas da vida contemporânea. No mundo do trabalho, por exemplo, os desempregados deixaram de ser um exército de reserva de mão de obra, pois as melhorias econômicas já não anunciam o fim do desemprego. Racionalizar significa cortar e não criar empregos e o progresso tecnológico e administrativo é avaliado pelo emagrecimento da força de trabalho. A modernização de empresas leva ao trabalho flexível, ao abandono de linhas e locais de produção sempre que possibilidades comerciais mais lucrativas ou mão de obra mais submissa e barata acenem de longe. Já não existem empregos vitalícios ou estáveis, dificultando o planejamento da vida familiar a longo prazo.<sup>19</sup>

A insegurança e o risco fazem parte da vida do homem pós-moderno e, segundo Baumann, isso se deve em parte ao fato de a tarefa de lidar com os riscos coletivamente produzidos ter sido privatizada, principalmente com o fim do Estado do bem estar social, que já não podia mais ser custeado pelo capital. O centro da gravidade do processo de estabelecimento da ordem deslocou-se das atividades legisladoras e o inimigo já não é a conspiração revolucionária, pois já não se acredita mais na existência de órgãos conjuntos coletivos encarregados da ordem societária global. Assim, a responsabilidade pela situação humana foi privatizada e, na pós-modernidade, são a sagacidade e a força individual que

---

<sup>18</sup> BAUMANN, op. cit., p. 74.

<sup>19</sup> Ibid, p. 94.

devem ser empregadas no esforço diário pela sobrevivência.<sup>20</sup>

Baumann aponta ainda que a sociedade pós-moderna obtém padrões de comportamento para uma ordem estável daqueles que não são mais produtores, mas consumidores, desencorajando a fundamentação da esperança em ações coletivas, pois, ao contrário do processo produtivo, o consumo é uma atividade individual. O crescimento da criminalidade, inclusive, seria resultado da linha de ação adotada pela sociedade de consumo: tentar alcançar os fins (o consumo) sem aparelhar os meios (o poder aquisitivo), formando-se um hiato entre os que desejam e podem satisfazer os desejos estimulados pela sociedade de consumo e os que foram seduzidos por ela mas não têm os meios legais para agirem. Ao mesmo tempo, o consumo abundante é mostrado como a marca do sucesso, ensina-se que a condição para a felicidade é possuir e consumir determinados objetos e adotar certos estilos de vida. O único modelo que é ensinado é o de se apoderar, consumir, não existem normas, exceto o imperativo de saber aproveitar bem as cartas de que se dispõe.<sup>21</sup>

A contraposição entre mundo moderno e pós-moderno aparece também na relação tempo-espaço. Segundo ele, o homem moderno vivia num tempo-espaço com estrutura, sólido e durável, sendo possível ter um projeto de vida. Mas esse mundo construído de objetos duráveis foi substituído pelo mundo de produtos disponíveis, projetados para imediata obsolescência. Isso afeta também as identidades, que são adotadas e descartadas como uma troca de roupa.<sup>22</sup>

Os fascismos pretendem erigir uma nova sociedade, um novo homem, que se contraponha à desordem e ao caos, ao individualismo exacerbado, daí suas críticas ao liberalismo político e social. Mas tal ideia de ordem e caos também é um produto da modernidade, assim como a ordem passa a fazer parte de um projeto de ação para reformar o mundo. Trata-se, nos dizeres de Baumann<sup>23</sup>, da luta pela determinação contra a ambiguidade, da precisão semântica contra a ambivalência, da clareza contra a confusão. A existência pura e livre de intervenção torna-se, na era moderna, natureza, algo inadequado para a vida humana, algo a ser dominado, subordinado, remodelado de forma a se ajustar às necessidades humanas. Tudo que é ambivalente ou que não se encaixa no ideal de ordem perseguido é exterminado, sendo, portanto, a intolerância a inclinação natural da prática moderna; a construção da ordem exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado, exige a deslegitimação do outro.

---

<sup>20</sup> Ibid., p. 101.

<sup>21</sup> Ibid., p. 114.

<sup>22</sup> Ibid., p. 126.

<sup>23</sup> BAUMANN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 129.

### Na definição de Françoise Héritier, a intolerância é

[...] a expressão de uma vontade de assegurar a coesão daquilo que é considerado como que saído de Si, idêntico a Si, que destrói tudo o que se opõe a essa proeminência absoluta. Não se trata, jamais, de um mero acidente de percurso: existe uma lógica da intolerância. Ela serve aos interesses que se julgam ameaçados.<sup>24</sup>

A intolerância é a essência de todo fenômeno político-social – seja ele uma ideologia, uma doutrina, um movimento, um partido, um governo – que constrói a sua identidade com base na rejeição do outro. O outro é renegado e excluído por ser diferente ou por não atender a determinadas expectativas sociais. Quando se trata de movimentos políticos, que se baseiam no discurso da construção nacional, a intolerância se volta contra os grupos que não se adequam ao ideal de nação almejado ou são percebidos como uma “ameaça” à identidade nacional que se pretende construir ou à que existe no imaginário coletivo do povo.

### **O Fascismo Brasileiro. O caso dos integralistas e neointegralistas**

As relações entre fascismo e modernidade podem ser perceptíveis no Brasil, principalmente, porque o fascismo brasileiro surgiu em um período de modernização e transformação da sociedade e economia do país, nos anos 1930. A Ação Integralista Brasileira (AIB) data oficialmente de 1932, mas do ponto de vista do ideário integralista sua existência é anterior. O primeiro manifesto integralista foi redigido em 1926, enquanto o Manifesto-Diretiva de 1945 encerrou a fase do integralismo sob o Estado Novo. Ao longo dessas duas décadas, é possível assinalar três etapas marcadas por obras e escritos fundamentais dos líderes integralistas. A primeira, de 1926 a 1932, corresponde à fase de gestação do integralismo por Plínio Salgado; a segunda, que se estende até 1937, refere-se ao tempo de existência organizada e legal do movimento, durante o qual atinge influência e poder máximos; e a terceira, de 1938 a 1945, está caracterizada pelo exílio de Salgado, que deixa o Brasil em junho de 1939.<sup>25</sup>

A consolidação da AIB, enquanto um movimento articulado e partidário, está profundamente ligada à atuação de Plínio Salgado. Sua formação intelectual e aprendizagem política foram elaboradas no contexto da sociedade em transição dos anos 20, marcado pelo domínio das oligarquias agrárias. Salgado, inclusive, chegou a participar de um partido ligado

---

<sup>24</sup> HÉRITIER, F. O eu, o outro e a intolerância. In BARRET-DUCROCQ, Françoise (dir.). *A Intolerância*. Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 1997. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 24.

<sup>25</sup> CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Livraria El Ciências Humanas Ltda, 1978. p. 92.

à elite agrária paulista, sendo eleito, em 1927, Deputado Estadual pelo PRP, associado à oligarquia agrária de São Paulo. Sua eleição deveu-se ao apoio do coronelismo municipal.<sup>26</sup>

Salgado permaneceu ligado ao Partido Republicano Paulista até 1930, quando, após a vitória do movimento revolucionário, opta por um novo engajamento político, sob a influência modernista, superando sua ação ambígua, ora engajado em um partido tradicional ora participando da vanguarda da revolução estética modernista.<sup>27</sup>

Em 1931, Salgado funda o jornal *A Razão*, considerado decisivo para a formação da AIB, devido ao seu caráter nacionalista radical. Nesse jornal, ele passa a publicar vários artigos, fixando as bases ideológicas do integralismo e defendendo uma “nova revolução”, em uma atitude de hostilidade para com o processo revolucionário de 1930, embora tenha chegado a apoiá-lo, quando percebeu que a referida revolução contribuiria para destruir o sistema político da velha república.

Definido o rompimento definitivo com o governo provisório instalado com a revolução de 1930, Salgado passa a defender a ditadura e a extinção dos partidos políticos, com a implantação de um partido nacional único.<sup>28</sup> A ditadura seria um instrumento para realizar a transformação do Estado. Como Salgado não tinha perspectiva de influenciar o governo, lança um apelo à ação da juventude, definindo pontos de referência para sua ação. Sua visão filosófica de sociedade era dirigida para uma finalidade moral e centrada sobre uma concepção de Estado baseada nas “finalidades superiores do homem”.<sup>29</sup>

A partir de abril de 1932, um novo conjunto de artigos intitulado “Construção Nacional” estabelece as bases ideológicas da “nova revolução”. As principais dimensões da ideologia integralista já estão presentes de forma genérica e imprecisa, com temas como o antiliberalismo e o nacionalismo bem definidos, apesar do tema da organização do Estado ainda permanecer vago. Sua concepção de Estado nasce da crítica ao Estado liberal, refletindo o clima ideológico dos anos 30, defendendo-se que o Estado deve se moldar à realidade mundial e nacional, disciplinando e orientando as forças vivas da nacionalidade.

Após o Manifesto de Outubro de 1932, quando a AIB foi fundada, foi elaborado o estatuto da sociedade civil, adotou-se o uniforme da milícia aprovado pelo Ministério da Guerra, estabeleceu-se o juramento para inscrição nos quadros do movimento, sob o signo de “Deus, Pátria e Família”, e adotou-se o Sigma como emblema da AIB – que significa, entre

---

<sup>26</sup> TAVARES, José N. *Conciliação e radicalização política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, s.d., p. 24.

<sup>27</sup> TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979. p. 42.

<sup>28</sup> SALGADO, P. Rumos da ditadura. *A Razão*, 14 e 18 fev. 1932.

<sup>29</sup> SALGADO, P. A questão social. *A Razão*, 11 jul. 1931.

outras coisas, a letra com que os primeiros cristãos da Grécia indicavam Deus e que servia de sinal de reconhecimento.

A estrutura organizacional da AIB era baseada na hierarquia e na disciplina. Para dar alguns exemplos, o retrato do chefe, Plínio Salgado, era obrigatório nas sedes do movimento e as ordens honoríficas e o número de anuês dados aos membros dependia de sua importância hierárquica dentro do movimento.

No período de outubro de 1932 – quando foi fundada – a dezembro de 1937 – quando foi decretada a sua dissolução pelo Estado Novo –, a atuação do movimento efetivou-se por meio da ação partidária, com participação no processo político liberal. Podemos dizer que a AIB foi o primeiro partido político brasileiro de massa com implantação nacional, reunindo cerca de 500.000 adeptos<sup>30</sup>.

Ao transformar-se em partido, a AIB ingressou no terreno das táticas políticas, que a envolveu em manobras oportunistas, estabelecendo, inclusive, alianças estratégicas com os setores agrários. No pleito eleitoral de 3 de maio de 1933, por exemplo, os integralistas conseguiram eleger Jeová Mota para Deputado Federal, em uma frente eleitoral com setores da oligarquia estadual. Nas áreas rurais com alto grau de desenvolvimento capitalista, ocorreu uma união entre fazendeiros e integralistas, para enfrentar o comunismo, pois, nessas áreas, o movimento operário tinha mais possibilidades de ação. Somente nas áreas rurais menos desenvolvidas, a ameaça do operariado era remota, tornando os antagonismos entre fazendeiros e integralistas mais agudos. Nessas áreas, o movimento voltou-se para os setores mais radicais das classes médias e proletárias urbanas.<sup>31</sup>

É importante ressaltar que, durante esta fase de surgimento e consolidação da AIB, sua atuação política pautava-se por um paradoxo. Ao mesmo tempo em que enfatizava a decadência do sistema político liberal e defendia uma nova forma de organização política baseada no unipartidarismo e no autoritarismo, o movimento participava do processo político liberal. No entanto, podemos considerar que a contradição existente entre a prática política do partido e sua ideologia autoritária fazia parte da estratégia de fortalecimento da AIB junto à sociedade. Após a sua consolidação junto à opinião pública e ao eleitorado, a prática liberal provavelmente seria deixada de lado, em favor das práticas autoritárias, quando o partido alcançasse o poder do Estado nacional.

O movimento integralista surgiu em um momento histórico caracterizado por mudanças econômicas, políticas, sociais e ideológicas, que trouxeram condições favoráveis

---

<sup>30</sup> TRINDADE, op. cit, p. 9.

<sup>31</sup> Ibid., p. 32.

para que, em 1932, fosse fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB). Como a AIB foi parte intrínseca do contexto brasileiro marcado pela Revolução de 30, a mutação por que passava a sociedade brasileira durante a década de 20 é essencial para a compreensão das transformações que precederam essa revolução.

A década de 20 representou uma fase de transição no processo histórico brasileiro, marcado por uma série de transformações ocorridas em quatro direções: 1. Intensificação da industrialização; 2. Incorporação de novas camadas urbanas à luta social e política; 3. Questionamento do sistema político dominado pela oligarquia agrário-exportadora; 4. Mutações ideológicas por parte das elites intelectuais. Os três elementos que formavam o tripé do sistema político da Primeira República – a grande propriedade cafeeira, a economia primário-exportadora e o controle do poder político pela oligarquia rural – tiveram suas bases alteradas nos planos estrutural e ideológico.<sup>32</sup>

As mudanças por que passava a economia brasileira significavam a transição do modelo de desenvolvimento baseado na exportação de produtos primários para o modelo de industrialização. O setor industrial tornava-se o centro de acumulação de capital do país, tendo o Estado como agente e promotor do desenvolvimento industrial capitalista no Brasil. Iniciava-se um período de descrédito em relação ao liberalismo clássico, que defendia o livre mercado e a concorrência como meios de promoção do desenvolvimento capitalista. A grande depressão iniciada com a crise de 1929 estimulou o sentimento antiliberal das elites, surgindo, no interior da própria economia política burguesa, a defesa da intervenção estatal na economia, como forma de superar as crises do capitalismo.

A década de 20, no Brasil, foi também um período marcado pela eclosão da luta social, devido às reivindicações operárias. O operariado encontrava-se em formação e era constituído, em parte, por estrangeiros. A ideologia dominante no movimento trabalhador deste período era o anarco-sindicalismo, impulsionado pelos trabalhadores europeus. Porém, no Primeiro Congresso de Trabalhadores, afirmou-se, ao lado da tendência anarquista, o movimento socialista. A irrupção violenta das reivindicações operárias pode ser simbolizada pela greve de julho de 1917, em São Paulo. Mais tarde, em 1922, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, no entanto, não conseguiu se tornar um movimento que reunisse uma grande massa de militantes.<sup>33</sup>

Com o processo de industrialização, não só se consolidava uma classe operária, como também uma classe média. Durante os anos 20, as camadas médias foram uma força de

---

<sup>32</sup> Ibid., p. 102.

<sup>33</sup> Ibid., p. 83.

pressão para a derrubada do regime oligárquico e tinham como uma de suas bandeiras a moralidade dos costumes políticos, a supressão do clientelismo, a modernização dos aparelhos do Estado e a modificação da forma de participação política, defendendo o sufrágio universal e secreto ou o corporativismo/voto profissional.<sup>34</sup>

No entanto, segundo Fausto, o inconformismo ou radicalismo das camadas médias não conduziu a um projeto político autônomo, pois eram dependentes, a nível socioeconômico, da estrutura predominante; apenas tentavam superar as contradições entre os princípios liberais e a prática política, por meio da realização da democracia formal. A reforma política associada à manutenção do status quo nas relações de propriedade ampliaria o acesso dos setores das camadas médias urbanas às atividades do Estado, até então controlado pelas oligarquias rurais.<sup>35</sup>

Após a Revolução de 30, uma nova situação, porém, acabou com a relativa homogeneidade ideológica da categoria, evidenciando-se um alinhamento diferenciado: a grande maioria permaneceu fiel aos princípios liberais, mas uma parte dos setores médios foi para a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização de extrema-esquerda, ou para a AIB, organização de extrema-direita.<sup>36</sup>

Esta divisão deveu-se à dificuldade do liberalismo em impedir a centralização do poder e a participação das massas no processo político. A crise das elites liberais abriu caminho para uma tendência autoritária, que identificava queda das oligarquias e centralização do poder, crítica do liberalismo e defesa da representação profissional como método de harmonização social<sup>37</sup>.

A Ação Integralista Brasileira foi levada a cabo por uma parte dos setores médios identificada com o ideal autoritário e conservador de Estado. A elite pensante do movimento, que produziu e difundiu a doutrina integralista em livros, jornais e revistas, era formada por advogados (Miguel Reale e Gustavo Barroso), jornalistas e/ou escritores (Plínio Salgado), economistas (Raimundo Padilha), professores, etc. Constituíam um grupo social que buscava garantir o espaço das camadas médias na sociedade em vias de industrialização, interessado então em controlar o processo de transformação social em curso, disciplinando o grande capital e o proletariado. Daí advinha, em grande parte, os discursos integralistas contra o capital financeiro internacional, a urbanização acelerada, o cosmopolitismo e o comunismo. A fórmula política encontrada por esses setores foi a constituição de um Estado corporativista

---

<sup>34</sup> Ibid., p. 44.

<sup>35</sup> FAUSTO, Boris. *A revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 26.

<sup>36</sup> Ibid., p. 28.

<sup>37</sup> SOUZA, Maria do Carmo. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 63.

autoritário, acompanhado de toda uma doutrina nacionalista, que pregava a exclusão e a intolerância, em nome da identidade nacional e da homogeneização étnico-racial e cultural do povo brasileiro, tendo como substrato os valores espiritualistas cristãos.

É importante frisar que, na década de 1920, os integralistas estavam do lado moderno e progressista da sociedade brasileira, assim como os comunistas e tenentes. Somente as diferenças ideológicas entre eles os distinguiam. Tinham, inclusive, inimigos em comum e lutavam todos contra o atraso e a aristocracia – derrotada na Europa nas revoluções da década de 1830 pela modernidade burguesa – que travavam o desenvolvimento do país e sua industrialização. O(s) fascismo(s) europeu ou tupiniquim pregava o progresso e o desenvolvimento econômico moderno em seus discursos autoritários e inflamados, assim como em suas ações políticas, muitas vezes ultraviolentas.

Nesse sentido, as lideranças integralistas estavam profundamente inseridas no processo de mutação ideológica da década de 20, cuja relevância é indiscutível, pois exerceu influência posterior sobre a ideologia do sigma. Em primeiro lugar, destacou-se o nacionalismo, acompanhado da tentativa de criação de um pensamento nacional autônomo para solucionar os problemas nacionais, sem recorrer a modelos estrangeiros. As dimensões desse nacionalismo revelavam a exaltação das virtudes cívicas e militares e o anti-imperialismo.<sup>38</sup>

Em segundo lugar, a revolução estética, representada pelo modernismo, exaltava a nação, defendendo o retorno às origens do povo brasileiro. A vanguarda de 1922 objetivava a demolição de uma ordem política e social fictícia, e da arte e da literatura artificiais, desligadas da realidade nacional e produzidas pela imitação estrangeira.<sup>39</sup>

Em terceiro lugar, havia a renovação espiritual, que se manifestava sob a influência da renovação católica na França e iniciou-se no fim do século XIX, com o objetivo de restaurar os valores espirituais na poesia, na prosa e na filosofia, contra o espírito naturalista e positivista. Este movimento espiritualista foi marcado pelo antimodernismo, pelo antiburguesismo e pela nostalgia da Idade Média. No início do século, ele começa sob a influência do catolicismo reacionário e de correntes contrarrevolucionárias da segunda metade do século XIX, e torna-se mais liberal entre as duas guerras, sob a inspiração do neotomismo. Tal movimento iniciou-se com o advento da República, após a separação entre a Igreja e o Estado, em 1890.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> TRINDADE, op. cit, p. 40.

<sup>39</sup> Ibid., p. 85.

<sup>40</sup> Ibid., p. 98.

O surgimento da Ação Integralista Brasileira deve ser relacionado ao conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que marcou o período referido. A conjugação entre a crise econômica mundial – com reflexos sobre o Brasil –, o descrédito no liberalismo político e econômico, a ascensão das camadas populares simultaneamente ao surgimento de movimentos políticos radicais ou revolucionários – como a ALN e o PCB – e o fortalecimento dos ideais autoritários – tendo como principais representantes do período o nazismo e o fascismo – fizeram com que o terreno da história do período se tornasse fértil para um movimento que se propunha a construir uma “nova sociedade”, cujos pilares seriam a harmonia social, a renovação espiritual frente ao materialismo capitalista, a disciplina, a hierarquia e o fortalecimento do Estado, destruindo a velha sociedade da “desordem”, do liberalismo desenfreado, do individualismo egoísta e do fraco poder político nos moldes liberais.

A AIB estava profundamente ligada ao conservadorismo, cujo objetivo é a integração à ordem social presente, evitando-se os conflitos gerados dentro dela.

[...] podemos vislumbrar no conservadorismo um corpo teórico articulado, musculoso e seminal, capaz de combinar apego à técnica e sonhos românticos sobre uma Idade Média que nunca existiu; racionalidade tecnológica e os mais profundos preconceitos sociais ou raciais, desenhando contradições que marcaram o século XX e ameaçam invadir o século XXI.<sup>41</sup>

Eis o que designava o integralismo: um movimento que combinava o desejo de restaurar um passado idílico, quando os grupos sociais interagiam em perfeita harmonia, com propostas ligadas ao pensamento conservador moderno, como a defesa de um Estado forte, capaz de harmonizar corporativamente os corpos sociais. Não se desejava lutar contra o processo de industrialização, mas produzir um arranjo institucional por meio de um projeto de nação que englobasse os interesses industriais e médios e controlasse o movimento popular. Para isso, era necessário que o sistema político liberal oligárquico fosse substituído por uma outra forma de organização do Estado, que pudesse garantir a harmonia social.

Enquanto um movimento de caráter fascista, a AIB construía um discurso baseado na deslegitimação do outro, defendendo a homogeneidade étnica e cultural da população brasileira, via assimilação ou caldeamento entre as diversas raças e culturas existentes no Brasil, com o objetivo de branquear o povo. A constituição do futuro da nação estava estreitamente associada à criação de uma identidade nacional vinculada à cultura branca e

---

<sup>41</sup> SILVA, Francisco C. T.; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. *Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p. 21.

européia. Preocupavam-se também com a “questão judaica”, acusando os judeus de não se integrarem à cultura nacional, contribuindo, portando, para entravar o projeto branqueador.<sup>42</sup>

A preocupação integralista com a não-assimilação judaica aparece, por exemplo, no discurso de Everardo Backheuser, professor universitário e membro da AIB, extremamente amedrontado com o que ele chamava de “guetos” judaicos na cidade do Rio de Janeiro, isto é, a grande concentração de judeus em determinados bairros cariocas. Backheuser era colunista dominical do *Jornal do Brasil*, e em um de seus artigos, intitulado “Os Guetos da Cidade”, apresenta um conjunto de elementos combinados que fazem parte de todo discurso antissemita. Vejamos os principais trechos:

Na hipótese de protestantes, espíritas, positivistas e materialistas (sem religião) o aumento da cifra de adeptos se realizou, via de regra, à custa de desfalques nas fileiras católicas, em virtude dos que abjuraram sua fé para ingressarem em outros grêmios espirituais. O caso do judaísmo é inteiramente [...] de outra natureza. Não exercem os rabinos qualquer espécie de catequese entre os gentios [...] Não procuram nem aceitam adesões. A nossa Repartição de Estatística computa a massa judaica no setor da religião. Está certo, por ser esta pelo menos aparentemente sua característica principal. Errado não seria, porém, computá-los no capítulo racial. Suas características étnicas são de modo inconfundíveis, tanto quanto, ou talvez mais que as religiosas. Com o correr dos séculos, a segregação voluntária ou compulsória em que viver, lhes são imprimidas marcas indeléveis, acentuando os caracteres físicos, sublimando os predicados morais (bons e maus). Isso acontece quando as raças não se cruzam com outras. E é o que se dá com os judeus, ou porque eles mesmos não o desejem, ou porque os outros os evitem.<sup>43</sup>

É importante atentar para as práticas do Estado nacional moderno. Baumann<sup>44</sup> enfatiza que a base de sua atuação é coletivizar amigos e inimigos. O Estado nacional moderno impõe a homogeneidade étnica, religiosa, linguística e cultural, constrói memórias históricas conjuntas e suprime lembranças que vão ser comprimidas dentro da tradição coletiva, prega o senso de missão e o destino comum. Dessa forma, o Estado moderno desempenha também uma nova função específica dele: a eliminação dos estranhos, ou seja, daqueles que não podem ser inseridos nem na categoria de amigo nem na de inimigo. Os estranhos são os não-assimilados, mas que vivem dentro das fronteiras do Estado.

O tema da liberdade individual aparece em vários discursos fascistas, sempre com uma tônica antiliberal, em que o todo deve se preservar coeso e harmônico, e as partes devem ter seu papel definido e estabelecido. O todo deve sempre suplantar as partes, por isso, os fascismos condenam veementemente a liberdade individual trazida pelo liberalismo, sistema político que traria o caos, em vez da ordem.

---

<sup>42</sup> CRUZ, op. cit., p. 77.

<sup>43</sup> APUD NEHAB, Werner. *Anti-Semitismo, integralismo e neonazismo*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S. A., 1988. p. 24 - 26.

<sup>44</sup> BAUMANN. *Modernidade...* op. cit., p. 96.

Os integralistas, por exemplo, utilizam duas categorias amplas e dicotômicas: liberdade positiva *versus* liberdade negativa. Na doutrina integralista, o liberalismo é descrito como uma filosofia de vida e organização social centrada na ideia de individualismo egoísta e excessivo, de forma que a sociedade encontra-se ancorada no que os integralistas chamam de “liberdade negativa”, ou seja, liberdade permissiva, cuja principal consequência seria o não respeito pelos direitos do outro, resultando na “anarquia social”. A liberdade negativa gera indivíduos agressivos que não se importam com o bem-estar de seu semelhante, capazes de passar por cima dos direitos alheios a fim de alcançarem seus objetivos e interesses. Configura-se, portanto, uma situação social de conflito e desagregação, que ameaça a integridade da vida nacional:

Hoje [...] subsistem as mesmas crises e os mesmos choques de ambições particularistas; persiste o desconhecimento da hierarquia dos valores humanos e nacionais; [...] as opiniões se dividem, umas atendo-se ao Social em prejuízo do Nacional, outras cingindo-se ao Nacional em detrimento do Individual; outras jungindo-se ao Individual em desfavor do Bem Comum e dos superiores interesses da Nacionalidade.<sup>45</sup>

Logo, os integralistas, em sua luta política contra a sociedade liberal, opõem um projeto de sociedade com base na chamada “liberdade positiva”. O conceito de liberdade pode adquirir variados significados, de acordo com a ideologia política que o utiliza. No caso dos integralistas, a ideia de liberdade não está descolada de sua visão de sociedade e do seu projeto político de nação. O integralismo lutava por uma sociedade desprovida de conflitos, harmônica, integrada, indivisível e una, onde a coletividade – a nação –, representando o bem comum, sobrepusesse qualquer interesse individual ou de grupos.<sup>46</sup>

Para os integralistas, a liberdade positiva remete à ideia de que os direitos individuais devem ser preservados, porém, sem prejuízo para a coletividade. Já a liberdade negativa seria derivada do individualismo excessivo, capaz de dissolver os vínculos afetivos e sociais, originando a anarquia e a desordem e prejudicando a nação.<sup>47</sup>

A preocupação moderna com a ordem e a estabilidade está no cerne da condenação integralista ao individualismo excessivo. E tal temor aparece também em muitos discursos neofascistas e neointegralistas. Trata-se de uma reação à insegurança e à instabilidade trazidas pela vida pós-moderna, que estão presentes, segundo Baumann<sup>48</sup>, em várias esferas da vida contemporânea. A globalização contribui para acentuar todo esse

<sup>45</sup> SALGADO, Plínio. *Palestras com o povo*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1959. p. 23-24.

<sup>46</sup> CRUZ, op. cit., p. 235.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 241.

<sup>48</sup> BAUMANN. *O mal-estar...* op. cit., p. 156.

processo, já que contrapõe identidades antes sólidas a outras formas identitárias, solapando e mudando constantemente os referenciais.

Por isso, é importante contextualizar as expressões neofascistas no fenômeno da globalização e as inseguranças que ele traz. No caso do Brasil, existem os chamados neointegralistas, que se consideram herdeiros dos velhos integralistas da década de 1930. Carneiro, uma das estudiosas do velho e novo integralismo, divide em três gerações o fenômeno integralista em seu conjunto, ligando cada uma dessas gerações a contextos históricos distintos, que influenciam a percepção do mundo e condicionam a narrativa dos respectivos grupos. Aponta, porém, que alguns elementos unem as três gerações: a permanência da figura de Plínio Salgado, o eterno Chefe Nacional; a defesa do Estado espiritualista como modelo de organização, direcionando para o primado da religião sobre a razão; uma visão pessimista da História e a descrença na democracia.<sup>49</sup>

A primeira geração de integralistas, a da década de 1930, era influenciada pela ideia de ordenação do mundo, frente aos problemas sociais que o modelo industrial trouxera para a sociedade brasileira do período. Era uma geração marcada pela primeira guerra mundial e pela crise do capitalismo. O integralismo, para esta geração, representou a possibilidade de interceder no novo mundo que se concretizava com a modernização política, econômica e social do Brasil, defendendo como alternativa um projeto de harmonização e coesão calcado no cristianismo.<sup>50</sup>

A segunda geração surge no contexto da guerra fria, no período da redemocratização brasileira, e sob a égide de um projeto de integração do Brasil no bloco capitalista ocidental. Assim, os integralistas participavam do jogo democrático liberal, através do Partido de Representação Popular (PRP). Tal partido, contudo, não era marcado pela coesão no que diz respeito à observação da doutrina original do integralismo. Uma parte do partido, os membros que se lançam em candidaturas a cargos representativos, afasta-se dos princípios norteadores da militância, ou seja, deixa de ser um “bandeirante” das ideias, o que divulga o movimento e coloca-se à disposição da doutrina. Outra parte, a juventude integralista, os chamados águias brancas, os guardiões da doutrina até a atualidade, passando à nova geração o amor pelo integralismo.<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> CARNEIRO, Márcia Regina S. R. *Do sigma ao sigma: entre a anta, a águia, o leão e o galo, a construção de memórias integralistas*. 424 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. 6.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p. 6.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 6-7.

A geração atual, os neointegralistas, é marcada pela decepção com o modelo ocidental capitalista. Após a morte de Plínio Salgado, tentam se organizar, mantendo, porém, a independência entre os grupos, não obtendo a tão sonhada unidade no movimento. Sentem-se traídos com o processo de abertura política que levou ao fim os regimes militares no Brasil. Algumas características unem essa terceira geração, como o catolicismo, o interesse pela ordem militar, a crítica à corrupção política e a descrença na democracia, levando-os a necessitarem de um novo rumo num mundo materialista calcado no consumo e dominado pela mídia que, segundo eles, despreza a elevação moral da sociedade.<sup>52</sup>

Segundo Carneiro, a nova geração de integralistas mantém os principais lemas do movimento, como a luta nacionalista, anticomunista, antiliberal e moralista. Haveria, assim, permanências que evocam uma moral e visões de mundo que buscam solidificar um *modus vivendi* integralista, uma cultura conservadora baseada na busca de uma sociedade ordenada e hierárquica que possibilite a eternização de uma utopia de retorno ao tempo cíclico medieval. Isso seria garantido pela força de uma ideia, a do Estado integral, garantidor via uma ordem corporativa da estagnação da dinâmica histórico-social, controlando-se a luta de classes. Seria a retomada da proposta da soma (simbolizada pelo sigma) e da exclusão das diferenças.<sup>53</sup>

O movimento vem atuando em diversas frentes. Uma delas é a utilização da internet como um dos veículos de comunicação dos ideais neointegralistas. O conteúdo dos sites é constituído de textos de integralistas ilustres – como Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso – e de novos integralistas, abordando assuntos atuais do Brasil e do mundo, apresentando as propostas e a doutrina neointegralista. Os pontos que aparecem nos textos são: críticas ao neoliberalismo e à globalização; críticas ao capitalismo liberal e à internacionalização da economia brasileira; rejeição dos movimentos de cunho esquerdista – como, por exemplo, o MST –, resvalando para o anticomunismo; defesa do nacionalismo, da pátria, da família e da moral cristã.<sup>54</sup>

Embora os neointegralistas não possuam uma organização centralizada e não se constituam em um movimento efetivo, vêm fazendo uso de um dos mais poderosos meios de comunicação do mundo moderno: a internet, que pode propiciar à doutrina do sigma um alcance imprevisível junto à opinião pública. Vários de seus integrantes são descendentes de velhos integralistas e muitos outros são jovens adeptos, que veem a doutrina e as propostas

---

<sup>52</sup> Ibid., p. 7-8.

<sup>53</sup> Ibid., p. 8-9.

<sup>54</sup> CRUZ, op. cit., p. 276.

políticas integralistas como uma solução para a falta de perspectiva causada pelo modelo de desenvolvimento excludente em vigor no nosso país.<sup>55</sup>

O neointegralismo é marcado por uma estrutura organizacional dispersa, representada por associações em diversas partes do país, mas sem uma instância política que concentre os militantes e as lideranças do movimento. O neointegralismo, no entanto, resgata a doutrina do movimento, organizando o discurso de suas lutas políticas em função do contexto histórico atual. O movimento continua editando e distribuindo jornais e boletins como forma de divulgar o ideal neointegralista.<sup>56</sup>

O fenômeno da globalização, a ênfase no liberalismo e no individualismo enquanto modelo político e social de organização da sociedade, o processo cada vez mais intenso de internacionalização da economia, a desorganização social – marcada pela violência – e a crise econômica que afeta vários países fazem com que o discurso neointegralista apareça, aos olhos de seus adeptos, como “redentor” da sociedade brasileira e “revolucionário”, ou seja, ajudam a reforçar não só o discurso neointegralista como também o ideal de todos os atuais movimentos de extrema-direita, que fazem parte do cenário político e social do mundo globalizado.<sup>57</sup>

A globalização é, portanto, profundamente criticada pelos neointegralistas, que desenvolvem um discurso xenófobo e nacionalista, vendo-a como uma ameaça às identidades:

A moda do momento está em torno da ‘globalização’, tão decantada em prosa e verso, como a panacéia que resolverá todos os problemas do mundo, pois ‘cairão as fronteiras dos países, todos seremos irmãos e os problemas advindos das fronteiras terminarão’. Será tão simples assim? Senão vejamos: o que cada país tem de mais sagrado para si? Sua cultura, seu regionalismo, seus costumes, língua, povo, enfim, numa palavra, a sua nacionalidade! E como ficará a Nacionalidade de cada país face à globalização.<sup>58</sup>

Podemos nos arriscar em dizer que o fascismo rejeita parcialmente a destruição constante de valores morais, o que é inerente ao processo fáustico da modernidade, que necessita destruir constantemente, inclusive aquilo que ela própria criou, “antes que ossifique”, para manter-se viva. A modernidade não deixa pedra sob pedra em tudo que toca, para, dessa destrutividade, extrair o novo que, em breve, – devido a sua alucinante velocidade e poder criativo – deverá ser também destruído. Essa característica básica da modernidade fáustica, de certo, não combina com um sentimento de preservação de alguns valores muito

---

<sup>55</sup> Ibid., p. 277.

<sup>56</sup> Ibid., p. 277.

<sup>57</sup> Ibid., p. 277.

<sup>58</sup> O integralismo face à Globalização. *Páginas de Combate*, n. 3, jun. 1999. Disponível em: <http://members.xoom.com/XOOM/integralismo>. Acesso em: 14/09/2013.

caros à ideologia fascista, que sofre de uma crônica tentação conservadora, sem rejeitar, no entanto, inúmeros benefícios trazidos pela lógica empreendedora e eficaz da modernidade, de cujo ventre nasceu.

Assim sendo, o pensamento, as práticas e a política fascistas só podem ser verdadeiramente compreendidas à luz dos problemas trazidos pela modernidade. O conceito de pós-modernidade de Baumann é útil para entender o período atual, marcado pela aceleração das transformações e intensificação da sensação de insegurança e desordem, processo esse iniciado com a modernidade, mas multiplicado pela pós-modernidade.

## Conclusão

Um elemento crucial trazido pela modernidade é o isolamento do indivíduo e perda de suas antigas referências. O atomismo e isolamento foram tidos como elementos para explicar a ascensão dos regimes fascistas no período entreguerras, no sentido em que nos fala Hannah Arendt.<sup>59</sup> Se utilizarmos-nos da análise de Eric Fromm, veremos que a atomização da sociedade foi percebida como uma questão crucial para o apoio das massas aos fascismos, sobretudo ao nazismo alemão, a variante mais compacta e belicosa do fascismo. De acordo com Fromm<sup>60</sup>, a destruição dos antigos laços sociais anteriores às transformações trazidas pela modernidade teria afetado de tal modo a psique dos indivíduos que estes se viram ameaçados pela liberdade que os libertou de suas referências. A sensação de isolamento e insegurança teria direcionado os anseios dos indivíduos para a construção de laços coletivos sólidos, na busca por uma identidade comum que os livrasse do seu eu individual. O medo da liberdade, na acepção de Fromm, revelaria um desejo de pertencimento a um todo social que desse sentido e significado às existências individuais.

Tanto no período dos regimes fascistas como na atualidade, podemos olhar para as práticas e ideologias fascistas como uma reação ao discurso liberal e aos parâmetros que regem uma sociedade liberal. Não somente o individualismo e o isolamento seriam o alvo, mas a própria construção ideológica da noção de que o capitalismo liberal é insuperável.

Embora o fenômeno fascista ainda esteja longe de ser plenamente compreendido pelos diversos estudiosos do tema, parto do pressuposto de que os fascismos são um produto da modernidade. Em primeiro lugar, porque eles trazem em seu bojo a defesa de práticas modernas, como o planejamento da sociedade e a construção e modelagem de um futuro

---

<sup>59</sup> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, passim.

<sup>60</sup> FROMM, Eric. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983, passim.

baseado numa ordem estável e previsível. E, em segundo lugar, representam, ao mesmo tempo, uma rejeição à realidade “pós-moderna”, calcada na instabilidade em todos os sentidos e na indefinição das identidades do sujeito pós-moderno.

Hoje, a globalização parece ameaçar a integralidade orgânica e a própria soberania do já “velho” Estado Nacional, por conta da expansão sem medida do capitalismo contemporâneo, e a atomização da vida das pessoas as levam, em muitos cantos do planeta, ao desespero e ao hiperniilismo. Em função disso, a tentação conservadora tende a despertar com mais fúria ainda um neofascismo, mais reacionário do que no passado e muito mais irracional em suas propostas políticas, tendo em vista a recuperação de uma identidade universal que parece ter sido esquecida com os rumos tomados pela modernidade. O discurso acerca de uma era pós-moderna e a própria crença de que o moderno já não o é mais, é algo que já ultrapassou a si mesmo, conduz a movimentos ou práticas que tentem recuperar a ideia de identidade universal e essência, noções descartadas pelos defensores das ideias emanadas do constructo epistemológico a que chamam de “pós-modernidade”.

O combate aos perigos pós-modernos dar-se-ia por meio da defesa de um Estado forte e da configuração de uma sociedade hierarquizada e autoritária baseada na criação ou fortalecimento de uma identidade de grupo (seja ela racial, social, étnica ou nacional). Conclui-se então que esse novo homem e essa nova sociedade fascistas propõem recuperar a estabilidade e fornecer um lugar fixo para o sujeito na sociedade.

Em função disso, podemos afirmar que, ao mesmo tempo em que os fascismos são um produto da modernidade – pois almejam a construção de uma sociedade idealizada ou perfeita, de acordo com suas premissas –, também possuem um caráter antimoderno, ao defenderem princípios muito mais afinados com a ideia de comunidade existente na era pré-moderna do que com a sociedade atomizante e dispersa resultante do processo de modernização.